

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Luan Dorneles da Silva

Estudo sobre o *Spread* Bancário no Brasil (1995 - 2017)

Varginha - MG
2021

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Luan Dorneles da Silva

Estudo sobre o *Spread* Bancário no Brasil (1995 - 2017)

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Professora Dra. Nildred Stael Fernandes Martins

Varginha - MG
2021

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Luan Dorneles da Silva

Estudo sobre o *Spread* Bancário no Brasil (1995 - 2017)

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o trabalho de conclusão do PIEPEX (TCP) apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL-MG.

Aprovado em:

Prof. Dr. Bernardo Pádua Jardim de Miranda

Assinatura: _____

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Assinatura: _____

Varginha - MG
2021

AGRADECIMENTO

Agradeço a toda minha família, amigos e professores que me ajudaram nesta caminhada. Em especial:

A minha mãe Espedita e minha irmã Bárbara, que sempre me apoiaram e me deram excelentes condições para realização dos meus estudos.

À minha amiga Luiza, à professora Luciene e à psicóloga Cristiane por todo apoio e incentivo durante a minha trajetória na graduação.

A minha orientadora Nildred Martins e a todo corpo docente da Universidade Federal de Alfenas, pelas aulas ao longo do curso, por me fornecer conhecimentos para minha formação.

RESUMO

De acordo com o *World Bank*, o Brasil detém o segundo maior *spread* bancário do mundo. Considerando este fato atrelado à ideia de que o crédito é um dos pilares da economia moderna e globalizada, o presente artigo tem por objetivo analisar a evolução do *spread* bancário das instituições financeiras, entre o ano de 1995 a 2017, e assim, compreender os componentes da estrutura e os fatores responsáveis por este quadro que tanto dificulta o desenvolvimento econômico e social do país. Destaca-se que este trabalho sintetiza resultados encontrados na literatura e informações, pesquisas e análises de dados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Os resultados de acordo com a literatura mostram que, após 1994, deu-se uma significativa redução no patamar do *spread*, porém, ainda se mantém em uma taxa elevada. O trabalho também verificou que a taxa básica de juros, que exerce influência sobre a captação de recursos, é um dos principais responsáveis por influenciar a determinação do *spread* bancário brasileiro.

Palavras-chave: *spread* bancário, mercado de crédito, bancos, taxa de juros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Evolução dos componentes do <i>spread</i> bancário.....	15
Gráfico 1 - Evolução do <i>spread</i> bancário médio das operações de crédito (1994 - 2009).....	19
Gráfico 2 - Evolução do <i>spread</i> bancário médio das operações de crédito (2011 - 2017).....	20
Gráfico 3 - Evolução do <i>spread</i> bancário brasileiro e mundial entre 2004 e 2017.....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Decomposição do <i>spread</i> bancário entre 2007 e 2014.....	16
Tabela 2 - Decomposição do ICC médio ajustado entre 2018 e 2020.....	17
Tabela 3 - <i>Spread</i> bancário em países selecionados no ano de 2017.....	20

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 <i>SPREAD</i> BANCÁRIO	9
2.2 PRINCIPAIS ABORDAGENS	10
2.3. ESTUDOS SOBRE O <i>SPREAD</i> BANCÁRIO BRASILEIRO	11
3. DECOMPOSIÇÃO DO <i>SPREAD</i>	13
3.1 MÉTODOS CONTÁBEIS: <i>SPREAD</i> EX-ANTE E EX-POST	13
3.2 EVOLUÇÃO DA DECOMPOSIÇÃO DIVULGADO PELO BACEN	14
4. EVOLUÇÃO DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1. INTRODUÇÃO

O BACEN, em 1999, apresentou o primeiro relatório sobre o *spread* bancário no Brasil, desde então todos os anos saem os dados do *spread* no Relatório da Economia e Crédito. Já nas primeiras análises foi identificado um elevado valor do *spread*, e as recomendações do BACEN para diminuí-lo. Entretanto, duas décadas após, o Brasil continua figurando entre os países de maior *spread* bancário do mundo.

Spread bancário é entendido como a diferença do custo em uma operação de empréstimo e a remuneração pago ao poupador, quanto maior a diferença entre o valor pago pelo empréstimo e a remuneração ao poupador, maior será a taxa de *spread*. Um *spread* bancário elevado tende a limitar a expansão e o desenvolvimento da intermediação financeira, onerando o crédito e, conseqüentemente, o financiamento do investimento e do consumo, que são cruciais para o progresso econômico.

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do *spread* bancário no Brasil após a implantação do Plano Real (1995 - 2017), a fim de compreender os componentes da estrutura e os fatores que influenciam sua determinação.

Para chegar a esse objetivo, o trabalho está estruturado em cinco seções, a contar com esta introdução. A segunda seção, trata da revisão de literatura a respeito do *spread*, busca-se uma análise conceitual do *spread* bancário, as principais abordagens convencionais e a literatura que trata do *spread* bancário no Brasil. Na terceira seção, serão contextualizados os componentes do *spread* bancário brasileiro baseado nas metodologias de decomposição contábil realizadas pelo BACEN.

Na quarta seção, será analisada a evolução do *spread* bancário após a implantação do plano real até os dias atuais. A quinta seção apresenta as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SPREAD BANCÁRIO

Spread é uma palavra em inglês que significa espalhar, dispersar, alastrar, etc. Quando se refere a *spread* bancário, é definido por Rossoni (2010, p. 12), “ como a diferença entre a taxa de juros cobrada nos empréstimos e a taxa de juros de captação dos recursos.”

Assim, os créditos são ofertados da seguinte forma: os bancos oferecem empréstimos ao tomador (famílias ou empresas) mediante o pagamento de uma taxa de juros (taxa de aplicação) e, em contrapartida, as instituições financeiras concedem o pagamento de uma taxa de juros (taxa de captação) para captar recursos de modo a realizar suas operações. Deste modo, *spread* é a diferença entre os custos da intermediação financeira (BACEN, 2016).

De acordo com Leal (2006), o *spread* cabe para solver os custos com impostos, passivos administrativos, inadimplência, além de compor o lucro dos bancos, à vista disso, os bancos escolhem livremente a taxa de aplicação, considerando os custo e a taxa de captação.

Segundo Kuo (2019), o *spread* é uma medida de custo de intermediação financeira utilizada como indicador de eficiência, quanto mais elevado, mais ineficiente é o setor de intermediação.

Para Lopes (2014) citando a Confederação das Indústrias (2007), o *spread* elevado é um dos relevantes fatores na determinação dos custos de produção e também na formação bruta de capital fixo do país.

Compete, portanto, de um significativo indicador da produtividade do sistema financeiro, pois forma o custo da atividade de intermediação financeira entre os agentes de uma economia. Se esse custo for muito elevado, gera encarecimento do crédito, o que complica o financiamento de projetos em diversos setores, além de coibir o consumo das famílias, assim, gerando restrições ao crescimento econômico.

2.2 PRINCIPAIS ABORDAGENS

De acordo com Oreiro et al (2006), o raciocínio teórico implícito à teoria dos determinantes do *spread* bancário, é desenvolvido em torno de duas principais abordagens.

A primeira abordagem a respeito de modelos de monopólio, desenvolvida por Klein (1971), analisa o banco como uma firma da qual a principal atividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio do emprego de produção de serviços bancários. Segundo essa abordagem, a atividade do banco se estende num ambiente de

mercado definido pela presença de concorrência monopolista ou imperfeita, tanto no mercado de crédito como no mercado de depósitos, dando ao banco poder na fixação da taxa de juros nos mercados em que opera, geralmente no mercado de crédito, no qual o banco se comporta como um definidor de preços. “Portanto, o *spread* bancário reflete fundamentalmente, nessa abordagem, o “grau de monopólio” do banco, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos.”(OREIRO et al, 2006, pág. 611)

Já na segunda abordagem, desenvolvida por Ho & Saunders (1981), o banco é visto como um simples intermediário entre o tomador (as firmas) e o prestador (as famílias). O principal aspecto para essa análise é que ela abre espaço para investigar a influência de variáveis macroeconômicas na determinação do *spread* bancário. Essa intermediação está sujeita a duas incertezas, uma gerada pela falta de sincronização entre depósitos e empréstimos, isso dita um risco¹ de taxa de juros para o banco. E a segunda, é que a intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos, ou seja, decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida (OREIRO et al, 2006).

Dentre as duas abordagens, daremos mais ênfase a análise proposta Ho & Saunders (1981). Já que tal modelo abre a possibilidade para a influência de variantes macroeconômicas. A seguir, será apresentado alguns estudos que usaram as duas abordagens teóricas convencionais.

2.3. ESTUDOS SOBRE O *SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO

Os trabalhos de Klein (1971) e Ho e Saunders (1981), foram fundamentais para permitirem a elaboração de análises de variáveis que influenciam o *spread*. Já que a decomposição contábil, realizada pelo BACEN não é capaz de avaliar o impacto de tais variáveis, inicia-se esta revisão sobre a literatura acerca do *spread* bancário brasileiro, com intuito de levantar os principais determinantes que explicam o *spread*.

¹ Para que possamos entender o porquê disso, consideremos que o banco se defronte com uma demanda inesperadamente alta de empréstimos, demanda está superior ao volume recebido de depósitos e de suas reservas livres. Neste caso, ele se verá obrigado a financiar a demanda excessiva de crédito no mercado interbancário, incorrendo, assim, num risco de refinanciamento caso haja um aumento da taxa de juros. (OREIRO et al apud MAUDOS; GUEVARA, 2006, pág. 612)

Em sua pesquisa, Oreiro et al. (2006), verificaram os dados divulgados pelos BACEN do ano de 1995 a 2003, e analisaram através de exercícios econométricos (VAR²) os fatores macroeconômicos importantes na explicação da determinação do *spread* bancário. Concluíram que as seguintes variáveis macroeconômicas tiveram impacto na determinação do *spread* bancário durante o período de análise: elevada volatilidade da taxa de juros, nível da taxa de juros e produção industrial. Conforme descrevem os autores,

- (i) a elevada volatilidade da taxa de juros que ,..., eleva o risco de taxa de juros enfrentado pelo banco e aumenta o seu grau de aversão ao risco;
- (ii) o nível da taxa de juros, que serve tanto como piso para as taxas de empréstimos como "custo de oportunidade" para as operações de empréstimos, em razão da indexação à Selic de parte da dívida pública;
- (iii) a produção industrial mostrou o efeito poder de mercado prevalecendo sobre o efeito inadimplência, uma vez que uma maior demanda por crédito implicou maiores taxas de empréstimos (OREIRO et al., 2006, pág. 631).

O trabalho de Manhiça e Jorge (2012), teve como objetivo analisar o impacto das variáveis macroeconômicas, em especial a taxa básica de juros, sobre o *spread* praticados no Brasil entre o entre 2000 e 2010. Para o estudo foi adotado o modelo desenvolvido por Ho e Saunders (1981) e uma abordagem econométrica de dados em painel com informações de 140 bancos comerciais. Através desta análise, os autores identificaram que a taxa de juros influencia positivamente o *spread*, e que o alto patamar da taxa de juros é responsável em partes pelos altos *spreads* cobrados. Também foi apontado, que o desemprego tem relação direta com o aumento do risco de inadimplência, que é uma variável institucional do *spread* (MANHIÇA; JORGE, 2012).

Sena (2019), a partir da abordagem de Klein (1971), investigou a existência de relação entre a concentração de bancos no mercado brasileiro com os elevados níveis de *spread* no período posterior ao Plano Real. Para realização da pesquisa, foram utilizados dados disponibilizados pela Global Financial e BACEN. Como resultado, chegou à conclusão de que a concentração bancária não é um fator que eleva o nível do *spread*.

A presença de competição, que é relativamente elevada para padrões internacionais, indica que os elevados *spreads* no Brasil não são consequência da concentração do mercado, inclusive os *spreads* diminuíram enquanto a

² Vetores Auto-Regressivos, são sistemas de equações simultâneas que capturam a existência de relações de interdependência entre variáveis, e que permitem avaliar o impacto de choques estocásticos sobre determinada variável do sistema. (BACEN)

concentração do mercado aumentava, afinal, apesar desse aumento de concentração, o mercado ficou mais competitivo (SENA, 2019, pág. 37).

Martha (2020), em seu estudo, analisou a crescente na quantidade de *fintechs* no mercado financeiro brasileiro a partir de 2010, para verificar se este fato afeta os indicadores de competitividade o suficiente para influenciar o *spread* bancário. A pesquisa se deu através de um modelo econométrico, utilizando dados disponibilizados pelo BACEN. Os resultados demonstraram que mesmo com a inserção desses novos *players*, 80% dos principais negócios bancários, continuam em posse dos grandes bancos. O trabalho concluiu que a inserção desses novos competidores no mercado, ainda não foi suficiente para causar efeito no *spread*.

Assim, são destacados pela literatura que a instabilidade econômica do país influencia diretamente o comportamento dos bancos, e as questões macroeconômicas influem diretamente o *spread*, os trabalhos confirmam que a taxa selic é dada como fator determinante para o elevado *spread* bancário verificado no Brasil.

De acordo com Rossini (2010), quando há uma queda na Selic, o custo de captação dos bancos diminui, resultando em menores *spreads* e maiores volumes de créditos concedidos. Analogamente, quando a Selic se eleva, desestimula os empréstimos e o consumo. Deste modo, a elevada volatilidade da taxa básica de juros Selic, aumenta a repulsa ao risco de crédito do sistema bancário e faz com que estas instituições financeiras passem a pretender um prêmio de risco mais elevado nas taxas de empréstimos (ROSSONI, 2010).

3. DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD

3.1 MÉTODOS CONTÁBEIS: SPREAD EX-ANTE E EX-POST

Segundo Lopes (2014), existem dois modos de se calcular o *spread* de forma contábil, resultando-se no cálculo do *spread* ex ante ou *spread* ex post. A diferença entre as duas metodologias é referente à origem da informação. Pode ser calculado pela decomposição contábil do *spread* conforme as operações do banco, ou pelos riscos que influem o comportamento do banco no momento da definição da taxa de juros.

O *spread* ex ante é determinado com base nas decisões de precificação das taxas de captação e empréstimos, por parte das instituições bancárias, que refletem suas expectativas

em relação ao custo de oportunidade, à demanda por empréstimos, à inadimplência esperada, à concorrência, entre outras variáveis. Portanto, o *spread* ex-ante, retrata as expectativas dos bancos no momento da concessão do crédito, incluindo os efeitos das alterações da perspectiva macroeconômica mais rápida (LOPES, 2014).

O *spread* ex post é estipulado em fundamento das receitas geradas pelas operações de crédito e dos custos de captação dos recursos. Com isto, o *spread* ex post tende a apresentar um comportamento mais estável, tendo em conta que mudanças nas expectativas de mercado não repercutem de forma imediata. Ele não apura as expectativas, mas sim o efetivo resultado da intermediação financeira, calculando as ações já tomadas anteriormente e o estoque da carteira (LOPES, 2014).

O BACEN utiliza-se do método *ex post*, a apuração vem através das receitas efetivas geradas pelos bancos em suas operações.

3.2 EVOLUÇÃO DA DECOMPOSIÇÃO DIVULGADA PELO BACEN

A partir de 1999, iniciou-se por parte do BACEN, uma série de estudos na forma de relatórios anuais que apresentavam a evolução da estrutura do *spread* bancário cobrado pelos bancos. Nesse estudo, Juros e *Spread* Bancário no Brasil (1999), o BACEN objetivava a construção de um índice que definisse a composição do *spread* bancário.

Para este relatório, o BACEN contou com dados contábeis dos 17 principais bancos brasileiros em operação no mercado e identificou os seguintes componentes:

- I) Risco de crédito e inadimplência: equivale à inadimplência esperada que os bancos utilizam na cobrança do *spread*, calculada de acordo com o Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, em períodos em que se espera um aumento da inadimplência, os bancos aumentam o *spread*, ainda que esta inadimplência possa não se efetivar;
- II) Custo administrativo: refere-se aos custos com insumos utilizados: capital físico, trabalho, recursos operacionais e depósitos. Os bancos oferecem diferentes serviços e a forma como ele aloca cada custo em seus diferentes serviços influenciará no *spread*;
- III) Cunha fiscal: são os impostos diretos e indiretos como o PIS (Programa de Contribuição Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL

(Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), IR (Imposto de Renda), IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), ISS (Imposto Sobre Serviços), FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e o depósito compulsório.

IV) Resíduos: este corresponde à margem líquida de lucro e outros fatores, como erros de mensuração.

Os pesos na composição do índice final foram: inadimplência com 35%, seguida pelas despesas administrativas com 22%, IR/CSLL com 11%, lucro do banco com 18% e, finalmente, os impostos diversos e CPMF, contribuindo com 14% para a formação final da taxa para o tomador. Segundo o BACEN (1999), o risco de crédito foi um fator determinante para o elevado custo das operações de empréstimo, o que também explica a dificuldade ou mesmo a não concessão de empréstimos pelos bancos.

Considerando os relatórios do BACEN de 1999 a 2008, construiu-se a tabela 1 onde estão resumidas as principais alterações nas classificações dos componentes do *spread*.

Quadro 1 - Evolução dos componentes do *Spread* Bancário.

PUBLICAÇÃO	ANO	COMPOSIÇÃO
Juros e <i>Spread</i> Bancário no Brasil	1999	Inadimplência Despesas Administrativas Impostos Lucros
Juros e <i>Spread</i> Bancário no Brasil	2001	Despesas Administrativas Despesas de Inadimplência Impostos Diretos Impostos Indiretos + FGC Margem Líquida do Banco
Relatório de Economia Bancária e Crédito	2004	Custo Administrativo Custo com FGC Custo Total com Compulsório Cunha tributária Inadimplência Resíduos

Relatório de Economia Bancária e Crédito	2008	Custo Administrativo Inadimplência Compulsório + Subsídios Cruzados Encargos Fiscais e FGC Margem Bruta, Erros e Omissões Impostos Indiretos Margem Líquida, Erros e Omissões
Fonte: BACEN		

Note-se que, ao longo do tempo, aperfeiçoamentos foram introduzidos na metodologia de decomposição do *spread*. Na Tabela 1, apresenta-se a evolução da decomposição do *spread* bancário, as estimativas foram realizadas com base na metodologia publicada no Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2008 e estendem-se de 2007 a 2014.

Tabela 1 - Decomposição do *spread* bancário entre 2007 e 2014 (%).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread</i> Total	100	100	100	100	100	100	100	100
2 - Custo Administrativo	13,36	8,32	11,31	10,92	9,8	13,52	11,77	9,23
3 - Inadimplência	25,96	24,02	28,75	24,94	24,09	30,06	26,62	24,73
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,82	4,07	4,01	2,98	1,26	3,46	2,49	2,87
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	56,86	63,59	55,93	61,15	64,84	52,97	59,11	63,17
6 - Impostos Diretos	19,34	25,43	22,38	24,46	25,94	21,19	23,64	25,41
Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	37,53	38,15	33,56	36,69	38,91	31,77	35,47	37,75

Fonte: BACEN (2014)

Analisando a decomposição do *spread* na Tabela 1, observa-se que a participação da componente “margem bruta, erros e omissões” tem apresentado regularmente percentuais superiores à metade do *spread*, com destaque para os valores obtidos em 2008, 2011 e 2014. O componente margem bruta, erros e omissões (que compreende a margem líquida, erros e omissões e os impostos direto) representa cerca de metade da composição do *spread*, o que demonstra o efeito limitado das ações do governo em tornar o setor bancário mais transparente. Com relação aos demais itens da decomposição, destaca-se a participação da “inadimplência”, com uma média de 26,14% entre 2007 e 2014.

Com intuito de melhorar a mensuração do *spread* e uma melhor compreensão de sua estrutura, o Banco Central alterou o método utilizado a partir de 2015, adotando uma nova metodologia baseada em um Indicador de Custo de Crédito (ICC). O Banco Central define o ICC como:

O ICC estima o custo médio, sob a ótica do tomador, das operações de crédito ainda em aberto no sistema, independente da data de contratação do crédito. Portanto, o ICC incorpora informação tanto de contratos recém-firmados quanto de contratos mais antigos ainda vigentes (KUO, 2019 apud FEBRABAN, p.54, 2017).

De acordo com a Tabela 2, a decomposição do Indicador de Custo do Crédito, no período de 2015 a 2017, mostrou o custo de captação como o principal componente do custo do crédito. Considerando o ICC total (100%), o custo de captação respondeu por 39,19% na média do período, seguido pela inadimplência, despesas administrativas, tributos e FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e margem financeira.

Tabela 2 – Decomposição do ICC médio entre 2015 e 2017 (%)

Discriminação	2015	2016	2017
1 - Custo de captação	40,84	39,70	37,03
2 – Inadimplência	20,85	23,25	24,10
3 - Despesas administrativas	14,88	14,61	16,09
4 - Tributos e FGC	13,81	13,74	13,93
5 - Margem financeira do ICC	9,61	8,69	8,84
ICC médio ajustado (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	100	100	100

FONTE: BACEN (2017)

Para se chegar ao *spread* a partir do Indicador de Custo de Crédito, basta retirar a parcela do custo de captação, já que o *spread* é a diferença entre o custo do crédito para os tomadores e o custo de captação dos bancos. Sendo assim, a inadimplência foi o elemento de maior peso na composição do *spread* do custo do crédito, com média de 37,4% no período, seguido por despesas administrativas (24,98%), tributos e contribuições para o FGC (22,76%) e margem financeira (14,90%)(Tabela 2).

Em suma, esta revisão mostrou como é calculado o *spread* pela decomposição contábil do BACEN. A próxima seção apresenta o histórico recente dos níveis de *spread* no Brasil, e sua evolução será relacionada a partir da estrutura e dos determinantes levantados pela literatura.

4. EVOLUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL

Com a implantação do Plano Real em 1994, seguido da adoção do Regime de Metas para inflação em 1999, o Brasil passou a apresentar uma estabilidade de preços, obtendo uma acentuada queda do nível do *spread* bancário, segundo dados apresentados pelo BACEN (1999). O *spread* no Brasil passou de uma taxa média de 146,44% a.a. em fevereiro de 1995 para 56,37% a.a. em dezembro de 1996 e cerca de 60% a.a. em 1999 e 38% a.a. em 2001, como demonstra o Gráfico 1. De acordo com o BACEN (2003), essa redução do *spread* após a metade de 1999, pode ser explicada pela queda da taxa básica de juros, pela redução do compulsório sobre depósitos e pela redução da alíquota do IOF³ de 6% para 1,5%.

Em 2002, houve um aumento do *spread* médio que, segundo o BACEN (2003), foi derivado das incertezas quanto ao processo eleitoral e de uma alta volatilidade da taxa básica de juros, acompanhada por uma elevação do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, aumento da CPMF⁴ e também da taxa de inadimplência.

Entre a metade de 2003 até o final de 2007, houve uma redução significativa do *spread*, baixou de 47,84% a.a. em março de 2003 para 28,4% a.a. em dezembro de 2007. De acordo com o BACEN (2005), essa diminuição está relacionada à regulamentação do crédito

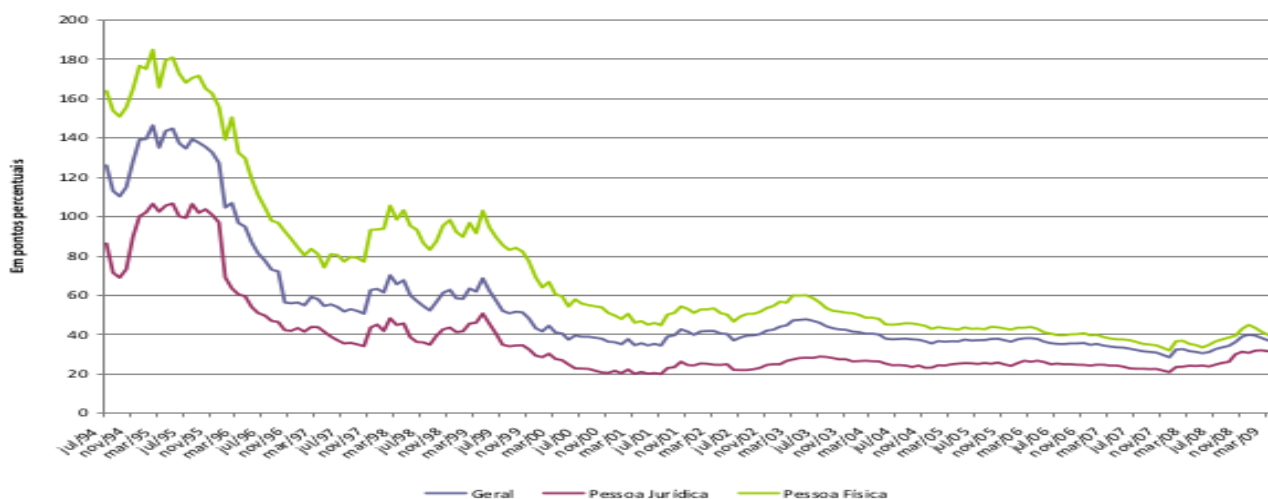
³ Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é um imposto federal que é pago por pessoas físicas e jurídicas que realizam operações de crédito. (BACEN)

⁴ Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (simplificada como Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF) foi um tributo brasileiro. Sua esfera de aplicação foi federal e foi aplicada de 1997 a 2007. (BACEN)

consignado e à entrada de novos bancos para operar nesse mercado. Além disso, houveram algumas mudanças institucionais que contribuíram para o quadro de queda, como a implementação de um sistema de informação de crédito, que proporcionou aos bancos obter melhores informações sobre os tomadores de crédito, e também a nova Lei de Falências que possibilitou aos bancos um aumento da segurança jurídica.

O final do ano de 2008 foi marcado pelo aumento do *spread* bancário médio, quando seu nível passou de 28,4% a.a., em dezembro de 2007, para 40% a.a., em dezembro de 2008. Segundo com o BACEN (2009), a elevação do *spread* no final do ano deve-se ao aumento das incertezas e da repulsa aos riscos derivados da crise financeira internacional, que fez o nível da oferta de crédito cair e provocou um aumento da inadimplência.

Gráfico 1 - Evolução do *spread* bancário médio das operações de crédito (1994 - 2009)

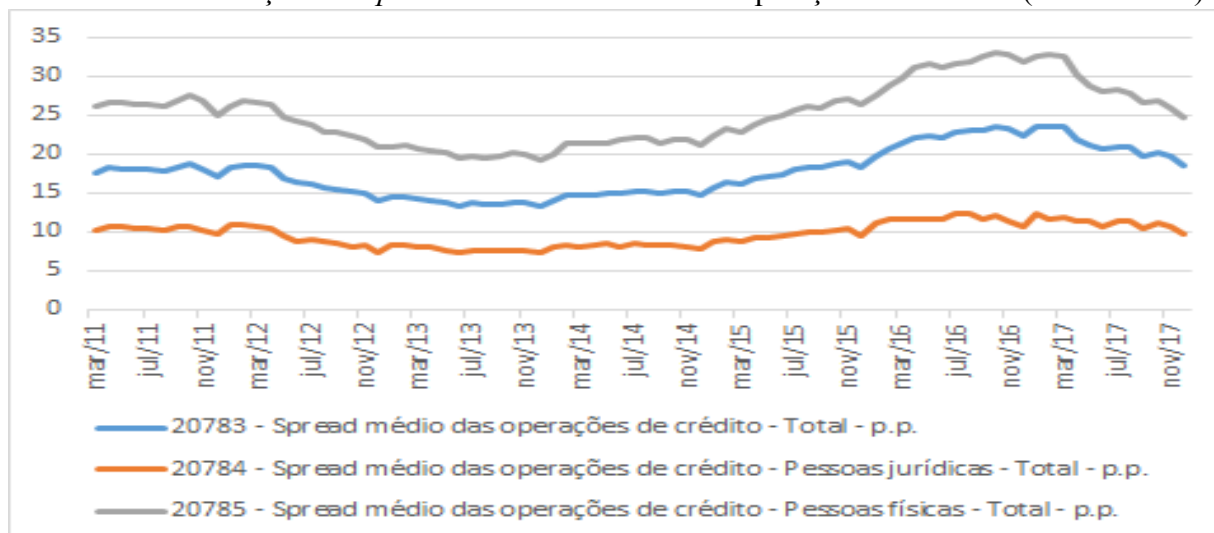


Fonte: BACEN.

A partir de 2011, com a eleição da Presidente Dilma, inicia-se um período de expressiva redução do *spread* bancário, reduzindo-o para 13,5% a.a. na média de 2012 e abaixando-o, novamente, em 2013, para 11,5% a.a., nível mais baixo apresentado desde a criação do Plano Real. Segundo o BACEN (2014), essa redução pode ser explicada pelas medidas impostas pelo governo para estimular o consumo. Dentre essas medidas destaca-se a diminuição da taxa básica de juros, fator macroeconômico que influencia diretamente o *spread* bancário, visando o aumento da concorrência e do prazo nas operações de crédito. (Gráfico 2)

Após 2014, observou-se que os *spreads* elevaram, mas com uma trajetória de queda após 2016. Essa elevação e queda se deu em decorrência das incertezas jurídicas e econômicas, advindas da crise econômica brasileira de 2014 atrelada ao impeachment da Presidente Dilma em agosto de 2016. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Evolução do *spread* bancário médio das operações de crédito (2011 - 2017).



Fonte: BACEN (2021).

Após a análise do histórico do *spread* bancário, observou uma queda expressiva do *spread* no período pós Plano Real, ainda assim, seu nível permanece elevado para padrões internacionais. Dados do World Bank, revelam que o Brasil tem a segunda maior taxa de *spread* no mundo, ficando apenas abaixo de Madagascar.

Tabela 3 - *Spread* bancário em países selecionados no ano de 2017.

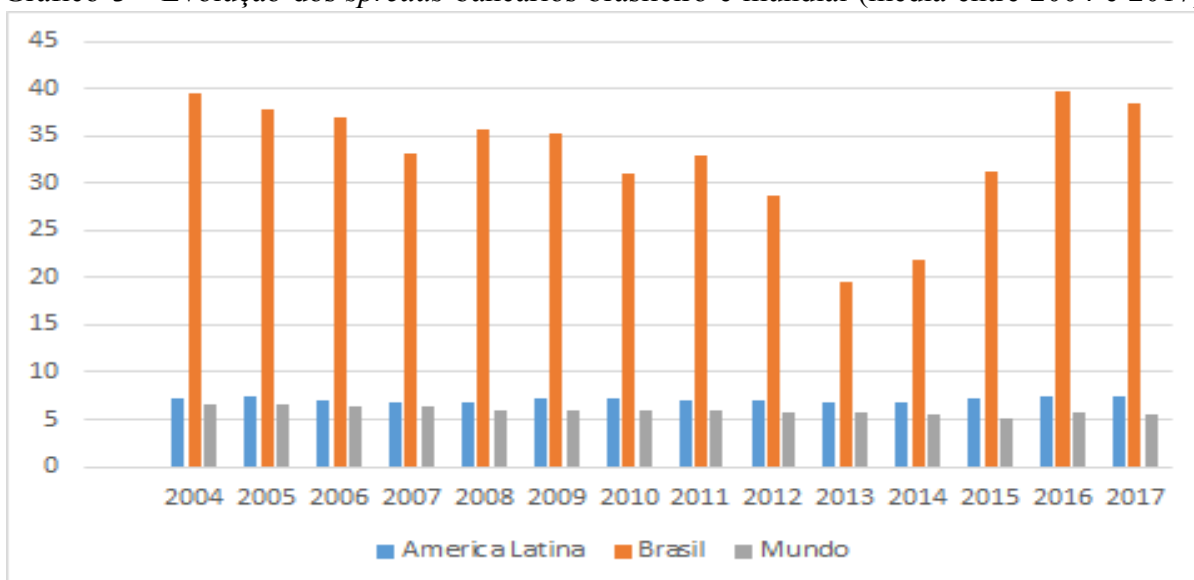
País	<i>Spread</i>	País	<i>Spread</i>
Madagascar	45,00	Chile	1,61
Brasil	19,58	Rússia	4,69
Congo	16,43	África do Sul	3,12
Perú	12,33	China	2,85
Angola	9,46	México	4,63
Uruguai	7,78	Suíça	2,65
Colômbia	7,69	Argentina	7,5
Japão	0,67	Noruega	2,28

Fonte: The World Bank (2021).

Mesmo com a redução e estabilização em menores níveis, observamos na Tabela 3 que os *spreads* bancários praticados no Brasil são bastante elevados, mesmo se comparado a diferentes economias, seja em países emergentes ou desenvolvidos, os níveis se mantêm bem abaixo do que se registra no Brasil.

Quando comparado à média mundial, como demonstra o Gráfico 3, o *spread* brasileiro se mostra muito acima da média. No ano de 2016, por exemplo, o nível de *spread* no Brasil foi sete vezes maior que a média mundial.

Gráfico 3 - Evolução dos *spreads* bancários brasileiro e mundial (média entre 2004 e 2017).



Fonte: World Bank (2021).

Quando se considera apenas o ano de 2013, quando o Brasil alcançou seus menores níveis de *spread*, a diferença que apresentou ainda é muito significativa, e quase três vezes maior que a média mundial, como afirma o Gráfico 3. A partir destes da tabela e do gráfico comparativos, não há dúvidas de que o *spread* bancário é extremamente elevado quando comparado com o resto do mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a evolução do *spread* bancário no Brasil no período pós implantação do Plano Real, a fim de compreender os componentes da estrutura e os fatores que influenciam sua determinação.

Ao longo do trabalho, ao analisar a trajetória do *spread* bancário após o Plano Real, constatou-se que: os *spreads* bancários caíram muito desde o estabelecimento do Plano Real, porém, ainda encontram-se em níveis muito elevados.

De acordo com determinantes apresentados na revisão de literatura, os elevados *spreads* verificados no país são derivados de um ambiente econômico instável, e que a taxa básica de juros é um dos principais fatores que influenciam esse quadro. Já que, a taxa selic serve como base para a taxa de captação dos bancos, uma elevação representa um custo de oportunidade para as instituições financeiras.

Como foi visto na estrutura do *spread* bancário, o componente referente à inadimplência é retratado, no ICC, como a principal responsável pelo elevado *spread* bancário. A alta inadimplência retratada na decomposição, pode ser em parte, reflexo das altas taxas de desemprego.

De modo geral, os elevados níveis de *spread* bancário tendem a limitar e dificultar o crescimento econômico, especialmente pelo seu impacto sobre o crédito. O crescimento econômico tem forte relação com a disponibilidade, prazos de concessão e preço do crédito, pelo impacto desse canal sobre a demanda efetiva, especialmente investimento e consumo. O crédito concedido às famílias têm como principal destino a compra de bens duráveis ou ainda gastos com saúde, educação e lazer. Já as empresas utilizam crédito para capital de giro e para financiar seus investimentos. O encarecimento do crédito que decorre, entre outras coisas, dos elevados *spreads*, limita o consumo das famílias e, principalmente, o financiamento de longo prazo das empresas.

A redução do *spread* bancário é uma das metas para desenvolver a economia brasileira porque torna o crédito mais barato e proporciona mais eficiência da economia, que contribui para o crescimento sustentável da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário no Brasil – 1999**. Brasília, 01/10/1999. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Juros e Spread Bancário: Série “Perguntas Mais Frequentes”**. Brasília, 2016. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2003**. Brasília - DF, 24/08/2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2004**. Brasília - DF, 24/08/2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2008**. Brasília - DF, 31/12/2008. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2009**. Brasília - DF, 18/12/2014. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2014**. Brasília - DF, 11/12/2015. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2020**. Brasília - DF, 31/08/2021. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: ago/2021.

_____. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries> Acesso em: ago/2021.

DALCIN, Jean Frantiesco. **A concentração bancária e o custo da concessão de crédito no Brasil**. FAHOR - Faculdade Horizontina, Horizontina - RS, 2019.

KUO, Rodrigo Alves Carneiro. **Hipóteses sobre o elevado spread bancário no Brasil entre 2000 e 2018**. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2019.

LEAL, R. M. **Estrutura e Determinantes do Spread Bancário no Brasil: uma resenha comparativa da literatura empírica**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro -RJ, 2006.

LOPES, Jerônimo Volmir Lopes. **Determinantes do spread bancário no Brasil**. Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo - RS, 2014.

MARTHA, João Marcello Gomes. **Impacto do novo ecossistema financeiro na concentração de mercado e suas consequências no spread bancário**. Centro Universitário Álvares Penteado. São Paulo - SP, 2020.

MANHIÇA, Félix António; JORGE, Caroline Teixeira. **O nível da taxa básica de juros e o spread bancário no Brasil: uma análise de dados em painel**. Textos para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília - DF, 2012.

OREIRO, José Luís. **Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária**. Estudos Econômicos, v. 35, n. 1, p. 101-131. São Paulo - SP, 2005.

OREIRO, José Luís et al. **Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente**. Economia Aplicada, v. 10, p. 609-634. São Paulo - SP, 2006.

ROSSONI, Enéias. **Determinantes e estrutura do spread bancário brasileiro no período 1999-2009**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2010.

SENA, Gabriel Alves da Costa. **Concentração bancária no Brasil pós Plano Real: uma análise sobre competitividade e Spread**. Universidade Federal de São Paulo. Osasco - SP, 2019.

SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R. **Spread Bancário no Brasil: Uma Avaliação Empírica Recente**. In: PAULA, L. F.; OREIRO J. L. (Org.). Sistema Financeiro: uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. v. 1.p. 191-220. São Paulo - SP, 2007

SOUZA, Francine Santos Mendes. **Determinantes do spread bancário e da concessão de crédito no Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2008.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**

Disponível em: <data.worldbank.org/indicator> Acesso em: ago/2021.

